

A FORMAÇÃO E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Gabriel Coelho Fernandes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Daniele Farias Freire Raic

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente artigo faz parte de uma pesquisa em andamento intitulada “A formação e os processos de subjetivação no curso de Arquitetura e Urbanismo em Vitória da Conquista/BA” e versa sobre a formação do arquiteto urbanista e os processos de subjetivação, buscando problematizar as maneiras de *pensaragir* dos arquitetos e urbanistas, seus processos formativos, suas ações no campo profissional, destacando os processos de subjetivação que o levaram a ver e dizer de determinada maneira. Esta pesquisa é do tipo qualitativa e nesse ínterim foi realizada uma revisão de literatura baseada em autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Brum (2016), dentre outros. Pressupõe-se que se existe uma subjetividade dominante agenciando maquinicamente a construção de saberes e práticas, amparando o pensamento recorrente desses profissionais, faz-se necessário entendermos o conceito da subjetividade, os modos de vida que carrega, quais os interesses que engendra, as incidências no corpo social, mental e ambiental a fim de compreender como essa grande máquina de produção de sentidos relaciona saberes e poderes na formação, nas práticas e nos modos de ações de arquitetos urbanistas contemporâneos.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo. Formação. Subjetividades.

Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento intitulada “A formação e os processos de subjetivação no curso de Arquitetura e Urbanismo em Vitória da Conquista/BA” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e caminha em direção a pensar a formação do arquiteto e urbanista e seus processos de subjetivação através do currículo e dos documentos oficiais, os quais induzem as ações e práticas docentes e discentes no curso. Pressupomos que as disposições legais e regimentais definem modos de organização e de funcionamento da universidade, em que os currículos emergem como um dispositivo agenciador de diversos elementos que constituem o ensino superior. Buscamos nesse trabalho problematizar as maneiras de *pensaragir* dos arquitetos e urbanistas, seus processos formativos, suas ações no campo profissional e os processos de subjetivação que o levaram a ver e dizer de determinada maneira.

Entendemos que a visão moderna e disciplinar da sociedade recorre à educação como um dos fundamentos para garantir a integração, a harmonia e a homogeneidade social por meio do discurso da participação dos indivíduos pertencentes a uma totalidade. Essa educação tem

por meta sustentar a cidadania, promovendo e consumindo tipologias profissionais conduzidas pelo currículo, que prepara para o exercício da profissão, garantindo, inclusive, a apreensão de seus direitos e deveres. Tal situação denota o currículo como um ‘programa’ disciplinar que intenciona atingir resultados, configurando-se, muitas vezes, como um roteiro de execuções que se encontra associado às práticas pedagógicas cujo fim volta-se para um percurso calculado que objetiva melhores desempenhos. Entretanto, a disciplina corresponde “à arte das distribuições” dos indivíduos no espaço e no tempo, conformando uma técnica de poder “capaz de compor forças para um aparelho eficiente” (FOUCAULT, 1996, p. 147).

A disciplina não apenas ‘normaliza’ os indivíduos, mas também produz saberes e organiza campos do conhecimento como matérias (conteúdos) curriculares, segregando, diferenciando e hierarquizando saberes e conhecimentos e, dessa maneira, desenha territórios identitários através da eleição do padrão e do reconhecimento pela representação, opera por analogias, semelhanças e igualdades. A operacionalização dos resultados perpassa na produção de identidades, certificando um maior controle através de uma sujeição subjetiva.

Cordeiro (2011) salienta que a sociedade atual impõe diversas normas de modelização, para conter a ação deliberada e inusitada, substituindo-as por tipos padrões de comportamento. A cidade brasileira, por exemplo, é um local onde reina a democracia neoliberal e é governada para produzir objetos, imagens e modos de vida que podem ser comprados. Essa cidade fomenta a transformação do país num grande mercado e seus habitantes em seres subjugados pelos interesses de produção e acumulação de capital à reboque do mercado mundial. Esta autora diz, ainda:

É como se os impulsos do humano não pudessem fazer parte da artificialidade da cidade recriada para os negócios. Nesta cidade-mercadoria, cidade-empresa, cidade-espetáculo, não cabem conflitos urbanos, diferenças, muito menos a profunda desigualdade sócio espacial; o que não é exceção, mas tem sido regra do nosso processo de urbanização. (CORDEIRO, 2011 p. 13)

Dessa maneira, a literatura demonstra que o arquiteto e urbanista negligencia boa parte da sociedade, tornando-se parcial, selecionando trabalhar para um determinado grupo social. Essa escolha pode indicar uma perda na importância social da profissão na medida em que ao privatizar o seu público alvo, menospreza a cidade como palco de sua ação por excelência onde há muito trabalho a realizar. A arquitetura e o urbanismo se tornam artigo de luxos e não uma necessidade (FRANÇA et al., 2013).

A problematização desta pesquisa está inserida no contexto do ensino de arquitetura e urbanismo quando reproduz tal conjuntura universal desconsiderando na maior parte das vezes as realidades locais. Evocamos que a visão de uma relevância social estava presente no imaginário e na prática dos que fizeram dessa profissão algo que poderia, em seu objetivo final, melhorar a qualidade de vida dos habitantes de determinada localidade, partindo da concepção dos espaços micro (como um banheiro) ao macro (bairros e cidades, por exemplo). Através das crises que decorreram na área da construção civil e do desenvolvimento urbano no final do século XX, as escolas se distanciaram dessa visão e se adaptaram ao mercado, desenvolvendo, de forma expressiva, a formação do arquiteto projetista autônomo que atende às camadas de maior renda da população, em detrimento de um profissional pronto a contribuir na solução dos problemas espaciais das aglomerações urbanas nas diferentes escalas e características (MARAGNO, 2013).

Maragno (2013) acrescenta que a área de projetos trabalha de forma pouco centrada na realidade local e a partir de pressupostos universais, criando uma carência na formação dos arquitetos que distancia esses profissionais da realidade local fazendo que, ao se tornarem irrelevantes e despreparados, para enfrentar tal realidade, o mercado de trabalho não reconhecesse o valor da profissão, trazendo vários problemas que vão da baixa remuneração à substituição por outros profissionais em tarefas nas quais o arquiteto e urbanista estaria, em tese, mais preparado para realizá-las (tais como a habitação de interesse social). Assim, discussões sobre as ações nas esferas arquitetônico urbana vem sendo expressada nos meios acadêmicos preocupados com uma abordagem mais atualizada e situada das ações desses profissionais diante das subjetividades contemporâneas.

Tais debates vão se estabelecendo e configurando numa rede/rizoma¹ tecida continuamente com o propósito de estimular esse tipo de discussão construindo outros caminhos nos modos de se *pensaragir* dos arquitetos. Esses esforços se justificam ao passo em que as estratégias projetuais utilizadas por esses profissionais se distanciam do mercado de trabalho no cotidiano e os procedimentos usuais de projeto/planejamento arquitetônico e urbano parecem não mais abranger “toda” a complexidade das cidades. De maneira geral, vemos que as produções arquitetônicas e urbanísticas eruditas supervalorizam o desenho e o objeto

¹ Segundo Deleuze e Guattari (1992:32) rizoma enquanto um sistema aberto de conexões de multiplicidades e de heterogeneidades.

arquitetônico, suas questões formais e estetizantes² em detrimento dos aspectos ambientais, das relações sociais e das alteridades que abarcam o lugar e aqueles que irão habitá-lo, ou seja, não são abordados os componentes heterogêneos que coexistem e são constituintes de qualquer espaço habitado. Essas práticas acabam por tratar o mundo real e objetivo como uma base incorporal, abstrata e não como o mundo da experiência, do possível (MARQUES, 2010).

Podemos afirmar apoiando-nos em Marques (2010) que existe a situação específica de um capitalismo mundial integrado (CMI)³ que contribui e sustenta tais práticas. O saber tutelado e dominante é na maior parte das vezes reproduzido sem as devidas atualizações e contextualizações produzindo-se, assim, por parte desses profissionais propostas anacrônicas, adequadas a outras realidades/distanciadas, uma vez que descartam os atores, as subjetividades singularizadas, os micro e macropoderes em cena. Consideramos que esta demasiada estetização responde à subjetividade e macropoderes disseminados pelas correntes urbanísticas contemporâneas, correspondendo às demandas produzidas pela subjetividade do CMI/Capitalismo Mundial Integrado, alimentam as necessidades da sociedade do espetáculo⁴.

Masson (2019) cita que esses modos desencarnados estão implicados com os macropoderes e com a subjetividade molar promovida pelo CMI e, portanto, sabemos que as proposições converjam para a homogeneização e para o consensual. Uma vez orientadas por saberes que não são afetados pelas pluralidades das subjetividades e dos poderes na qual o mundo se apresenta é que a eleição de categorias projetuais/dispositivos a se repetirem indefinidamente a despeito da especificidade das demandas e do meio se justificam. É pertinente estarmos atentos à difusão desses saberes e a sua conseqüente construção de poderes e vice-versa – porque saberes, poderes e subjetividades são indissociáveis, se engendram e se

² O termo “estetização” refere-se à preferência por parte dos arquitetos pelas imagens e por sua produção. A estimulação sensorial a que induzem essas imagens pode ter um efeito narcótico que diminui a consciência social e política deixando os arquitetos distantes das preocupações reais da vida cotidiana.

³ No sentido do capitalismo pós-industrial.

⁴ “[...] A “sociedade - espetáculo” é o mundo das pseudo-necessidades, o mundo da economia do consumo, o mundo do espaço-tempo da “monotonia imóvel”, o mundo em que o viver tornou-se uma representação caricata da própria forma-mercadoria, enfim, o mundo em que o valor de troca das mercadorias acabou por dirigir o seu uso”. (DEBORD, 1997: 33) - a mercadoria como o centro absoluto da vida social (GOMBIN, 1972: 82). O movimento do ser para o ter, degradando-se ainda mais, no movimento do “parecer” ter (JAPPÉ, 1999: 19). Ou seja, o espetáculo é a afirmação ulterior de um outro momento da reificação social, a confirmação da “baixa tendencial do valor de uso”, em que a “fabricação ininterrupta de pseudo-necessidades” impõe a lógica da contemplação passiva sobre o todo social (DEBORD, 1997: 33-35). [...] O espetáculo como a absolutização da mercadoria na vida social impõe a esta não só o absoluto da reificação, mas também a negação de um tempo histórico que veja na sua irreversibilidade intrínseca a caracterização do sentido da experiência social. O espetáculo paralisa o sentido social da história e da memória, o espetáculo é a tradução da falsa consciência do tempo (DEBORD, 1997: 108).

alimentam – com as práticas cotidianas, com a diversidade das paisagens e ambiências exteriores a academia.

Diante dessa conjuntura, o presente trabalho suscita o seguinte questionamento: Como acontecem os processos de subjetivação nas maneiras de *pensaragir* dos arquitetos e urbanistas, nos seus processos formativos e nas suas ações no campo profissional? Desse modo, buscamos refletir que arquiteto urbano é esse de quem precisamos ou que esperamos, bem como a maneira como esse profissional vai construindo seus ‘estilos’. Aqui, por estilos, tomamos a ideia dos processos de singularização, ou os modos como cada arquiteto/urbanista vai resistindo às formas modelares e vai produzindo seus modos de ser na profissão. Esse trabalho se ocupa dessa espera, trata-se de tentarmos fazer alguns movimentos micropolíticos para que nos aproximemos da possibilidade de existência ou da construção de um ‘outro’ arquiteto urbanista.

O arcabouço teórico escolhido para essa pesquisa foi a Filosofia da Diferença e tem na filosofia pós-estruturalista francesa alguns conceitos desenvolvidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari em seu viés/aporte teórico. Nesse sentido, os conceitos não são elaborados para designar o que é a vida, mas têm a ambição de pertencerem e de se misturarem com a vida, mesmo que seja apenas em pensamento. O método escolhido foi a Cartografia no intuito de pensar no processo enquanto ele se dar. Isso porque o cartógrafo pergunta pelo seu encontro com as coisas durante sua pesquisa, e não necessariamente pela essência das coisas. Em outras palavras, isso nos permite um olhar e uma discussão processual da pesquisa.

A formação e os processos de subjetivação no curso de Arquitetura e Urbanismo

Entendemos com Brandão (2005) que a relação entre arquitetura e urbanismo foi criada ao decorrer da história de maneira inseparável. Com o passar do tempo, arquitetos foram tendo diferentes papéis sempre entrelaçados com a sociedade do seu tempo e o espaço decorrente: o arquiteto-sacerdote da antiguidade; o arquiteto-filósofo da Grécia antiga; o arquiteto orgulhoso do Império Romano que ia estendendo sua influência e criando novas cidades; o arquiteto-operário medieval; o arquiteto-mediador do Renascimento que se preocupava com a estética das cidades; o arquiteto do estado na Revolução Industrial buscando resolver os problemas decorrentes da crescente e acelerada urbanização; o arquiteto liberal do século XX que não resiste à cultura homogeneizante dominante e à submissão ao mercado e acaba se transformando, como todos os seres humanos, em apêndices do capital (ROGGERO, 2010).

Com isso, constatamos um problema, uma vez que a construção arquitetural e urbana ultrapassa a materialidade das construções e uma arquitetura nunca deve ser objeto encerrado

em si: ela se produz na relação entre os indivíduos que a habitam, a fisicalidade que constitui seu espaço físico e a ecologia mental/psíquica, social e ambiental⁵ que subjetivam e singularizam o contexto onde ela se insere. Vale pontuarmos que os aspectos estéticos também se constituem de arquiteturas e de urbanismos, portanto, sentimos a necessidade de refletir sobre uma postura excludentemente estetizante que acaba por restringir arquiteturas e cidades aos seus objetos, desconsiderando sua complexidade e reduzindo-as a uma estrutura alheia à constituição daqueles para quem, com quem e onde se constrói.

Num panorama geral, os modos do saber formal agenciados no campo da produção de arquiteturas e de urbanidades consideram ou respondem à demanda de um tipo de cliente, que em seu coletivo são conhecidos informalmente por mercado, mas que não caracteriza a maior parte dos espaços construídos nas cidades brasileiras. Vemos que as cidades no Brasil se formam em boa parte à margem do padrão, do formal, desse dito mercado. Em contrapartida, esse mercado produz maquinicamente⁶ subjetividades, trazendo consigo conjunto de valores, saberes, poderes a serem consumidos como pensamento dominante. É um acordo tácito entre a produção do saber erudito dos arquitetos urbanistas e essa ‘entidade’ chamada mercado (diagrama de forças). Assim, ou por conveniência, ou desatenção, esses interesses se agregam e acabam por constituírem-se em saberes difundidos nas escolas de arquitetura e urbanismo, na mídia, no canteiro de obras, nas negociações no campo privado e público.

Essas arquiteturas e planejamentos urbano conforme Masson (2019), realizados por grande parte dos arquitetos na sociedade acabam por desconsiderar o habitante e o meio, abortando o caráter circunstancial no qual arquiteturas e cidades se fundam, entrelaçadas pelas experiências cotidianas, subjetivas, singulares e de alteridade para construir num vazio estéril objetos a serem contemplados, espetacularizados, alardeando a retórica do “objeto” pelo objeto, da arte pela arte. Salientamos que essa estetização não é algo desatento, tão pouco estratégia

⁵ Esses registros dizem respeito às Três Ecologias desenvolvidas por Félix Guattari (1990) onde analisa e reflete sobre as práticas sociais e individuais segundo as três rubricas complementares – a ecologia social, a ecologia mental e ecologia ambiental – sob a égide ético-estética de uma ecosofia. Ou seja, as relações da humanidade com o socius, com a psiquê e com a natureza.

⁶ Deleuze e Guattari (1995) distinguem máquinas/ maquinico da mecânica. A mecânica é relativamente fechada sobre si mesma: ela só mantém com o exterior, relações perfeitamente codificadas. As máquinas, consideradas em suas evoluções históricas constituem, ao contrário, um phylum comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidade. Maquinico é empregado no sentido do que muda os dados, que os remaneja, que propulsiona novas referências, novos resultados. Deleuze e Guattari concebem a noção de máquina em oposição à estrutura (figura da qual se vale o pensamento estruturalista), sendo esta associada a um sentimento de eternidade ao passo que a máquina implica uma relação de emergência, de finitude, que a associa a um processo criativo. Das máquinas técnicas às máquinas sociais e às máquinas desejanças.

ingênuo e está incorporada a um conjunto de axiomas⁷ tais como: padronização, culturalização, museificação, turistificação, privatização, cenograficalização, merchandising e mediatização do espaço urbano, dentre outros agenciamentos⁸ que uma vez articulados entre si conformam o pensamento dominante, único e consensual que hoje gerenciam as intervenções ‘sobre’ as cidades (MASSON, 2019).

Assim, notamos que o período da graduação em Arquitetura e Urbanismo é um momento que contribui grandemente para a formação das subjetividades dos futuros arquitetos e urbanistas. A fim de refletirmos a subjetividade na formação desses profissionais, faz-se importante destacarmos que Guattari entre os anos de 1980 e 1990 escreve conceitos pensando a cidade e a relação com a “produção de subjetividade capitalística” (GUATTARI, ROLNIK 2013, p.36). A Ecosofia, ou as Três Ecologias como demonstra esse autor, são textos que se apresentam como um programa de pensamento mostrando três registros ecológicos ligados pelo pano de fundo conceitual da subjetividade: Ecologia do Meio Ambiente, Ecologia das Relações Sociais e Ecologia da Subjetividade Humana.

Guattari desenvolve um campo problemático fazendo um convite à reflexão sobre o capitalismo e seus operadores, de forma que estes três registros ecológicos, ou as três ecologias, são os elementos constituintes deste campo, apontando a necessidade de pensar conjuntamente – através do conceito de produção de subjetividade capitalística, ou processos de subjetivação capitalista – as três ecologias, propondo uma cautelosa análise sobre as forças, máquinas e fluxos que operam no funcionamento social, “corporal”, ou seja, nas relações conhecidas pelo senso comum, como “humanas” do cotidiano que compõem o que conhecemos como a realidade. Na obra *Caosmose* esse autor escreve, também, sobre a Ecologia Virtual como mais um campo conceitual que configura o seu projeto Ecosófico, evidenciando o funcionamento da dinâmica da sociedade e a relação com as dimensões da expressão, ou a criação de enunciados e os funcionamentos de produção de sentido de maneira que se pensem as práticas estéticas referentes ao funcionamento do capitalismo, bem como a produção material e imaterial que se faz através das suas relações comunicacionais e expressivas: oralidade, comunicação, expressão e escrita no horizonte semiótico e subjetivo caracterizando assim a Ecologia virtual.

⁷ Axioma no sentido de verdade evidente por si mesma. Máxima

⁸ Agenciamento é uma combinação de elementos heterogêneos dando origem a algo novo. Agenciamentos coletivos de enunciação (sistema semiótico, sistema de signos), agenciamentos maquínicos (sistema pragmático de ações e paixões: o que se faz) (DELEUZE e GUATTARI: 1995).

Vemos que pensar a moradia, a relação com os seus objetos, a mobilidade, a locomoção, o acesso, a relação com as máquinas técnicas no processo do vivente urbano é refletir sobre os funcionamentos da produção subjetiva e sua relação com o capitalismo. Nesse contexto, considerar que essas produções de subjetividades se tratam de processos estéticos, de modelos de criação e existência, que operam sob a égide do capitalismo, onde a normatização ou padronização do corpo do vivente urbano, no que se refere às estruturas e edificações através da urbanização e da arquitetura, bem como as relações de sujeição-maquínicas que compõem as intensidades “móveis” e “estáticas” dentro da máquina-moradia, ou máquina-mobilidade se fazem possíveis através dos conceitos deste autor.

Guatarri cita que cartografar o funcionamento do capitalismo se faz concomitantemente à maneira que este compreende a sua dinâmica tanto em esfera social quanto nas que se referem à “individualidade”. Pensar o capitalismo é pensar a dinâmica de produção subjetiva que acontece nas cidades através do urbanismo, como a maneira de arranjo de bairros, ruas, serviços públicos, mobilidade, habitação etc. bem como o funcionamento do próprio elemento arquitetural no que se refere à organização dos espaços que implicam os modos de se viver. A arquitetura é assim compreendida como a atividade de desenhar, projetar os espaços onde se darão as formas de se viver dos agenciamentos coletivos, como aquela que projeta as habitações, as casas, as moradias. O objeto arquitetônico, desse modo, é visto como uma máquina determinante não só na consistência da máquina-cidade mas também do próprio capitalismo, uma vez que consiste a própria relação destes agenciamentos coletivos entre o meio social.

Os processos de produção subjetiva capitalística para Guatarri acontecem nas relações em que os agenciamentos participam, processos estes que estão presentes também através dos elementos arquitetônicos e urbanísticos, de maneira que o funcionamento e perpetuação do capitalismo reside no funcionamento da cidade. Dessa maneira, para pensar os processos de subjetivação que entrelaçam a formação do arquiteto, precisamos refletir a cidade, a arquitetura e o funcionamento urbano, considerando as condições de vida dos agenciamentos bem como o funcionamento do capitalismo.

Mas se é verdade que as interações entre o corpo e o espaço construído se desdobram através de campos de virtualidade cuja complexidade beira o caos [...] talvez caiba aos arquitetos e aos urbanistas pensar tanto a coletividade quando o caos [...] de um tal paradigma científico devemos rapidamente passar para um paradigma estético[...] O projeto (dessin) do arquiteto [...] o objetivo, a finalidade axiológica – parte em busca de um

enunciador parcial que dá consistência ao conjunto dos componentes em questão. (GUATTARI, 2012, p.141)

Percebendo essas explicações, vale pontuarmos que conforme Guattari, o papel do arquiteto reflete um horizonte de responsabilidade, no que se refere aos modos de vida que este produz, desenha, através de sua obra. Esse profissional não apenas desenha a moradia, mas pensa também através do projeto arquitetônico os modos que os agenciamentos se produzirão através de seu trabalho. Se a subjetividade capitalística modeliza os modos de vida através também da moradia, das casas, esperamos por parte do arquiteto remodelizar estes modos de produzir dos agenciamentos. Notamos então problemática da funcionalidade arquitetônica: como produzir através do objeto arquitetônico novas formas de se viver, produzir, diferentes da modelização subjetiva capitalística? Se os elementos que constituem a máquina-arquitetônica são componentes maquínicos e assim são produtores de subjetividade, cabe aos arquitetos encará-los como “sistemas autopoieticos” (GUATTARI, 2012, p.142), como máquinas que quando em operação produzem sua própria consistência, sua própria intensidade existencial em processo de ritornelização. E acerca dos processos de subjetivação, vemos que:

A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização - ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica - não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias intrapsíquicas, egóicas, microssociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra-pessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e produção de idéia, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.). (GUATTARI E ROLNIK, 1999. p.31)

Acrescentamos, também, que a produção da subjetividade pelo CMI – Capitalismo Mundial Integrado – é serializada, normalizada, centralizada em torno de uma imagem, de um consenso subjetivo referido e sobrecodificado por uma lei transcendental⁹. Para Guattari e Rolnik (1999), esse esquadramento da subjetividade é o que permite que ela se propague,

⁹ Entende-se a lei como mecanismo que constrói códigos sobre um corpo social. Regras e convenções – a lei é signo e é a base da formação social. Nessa tese referimo-nos à lei enquanto conjunto de códigos hegemônicos que orientam as sociedades contemporâneas que vivem sob a chancela do CMI – Capitalismo Mundial Integrado.

em nível da produção e do consumo das relações sociais, em todos os meios (intelectual, agrário, urbano, fabril, etc.) e em todos os pontos do planeta.

Sobre a subjetividade dominante dos arquitetos urbanistas

No intuito de ampliarmos a discussão sobre a formação do arquiteto, faz-se necessário ressaltarmos a atual conjuntura da graduação em Arquitetura e Urbanismo no que diz respeito ao exercício da profissão e, para isto, é necessário focar o que está disposto pela Lei Nacional n.º 12.378, de 31 de dezembro de 2010, na qual consta a responsabilidade técnica e social desse profissional e as diretrizes curriculares, as quais são fundamentais para o exercício da profissão e para o ensino. A Lei Nacional n.º 12.378, no aspecto da abrangência deste profissional, faz destaque aos artigos 1º, 2º, 3º e 4º (BRUM, 2016).

A resolução CNE/CES n.º 2, de 17 de junho de 2010, em seu artigo 1º, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e nos conteúdos de conhecimentos profissionais permeiam disciplinas como Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, Paisagismo, Planejamento Urbano, Tecnologia da Construção, Topografia, Conforto Ambiental, Computação Gráfica e Projeto de Arquitetura. De modo geral, os currículos instituídos permitem atividades interdisciplinares com as etapas de nível curricular, caracterizadas num total de cinco anos e com 3.600 horas mínimas, de acordo com a Resolução CNE n.º 2/2007, de 18 de junho de 2007, na modalidade presencial/bacharelado. Cabe evocar que além dessas diretrizes, a implantação de cursos de Arquitetura e Urbanismo, nas regiões interioranas do país, impulsionam a economia e, principalmente, a cultura dessas zonas, divulgando e promovendo a produção arquitetônica e urbanística de um território e de sua sociedade (BRUM, 2016).

Na ótica de Brum (2016), o arquiteto e urbanista encarrega-se de mediar o conhecimento científico com a necessidade humana de habitar e viver espaços de forma criativa e, através da ciência, de adequar estratégias eficientes e racionais para as diversas situações de habitação e ambiente natural. Dessa maneira, faz-se pertinente darmos uma atenção maior para a formação acadêmica desse profissional, pensando nela como um dos eixos norteadores dos setores socioeconômico, ambiental, político e cultural.

Brum (2016) expõe que os curriculistas no curso de Arquitetura e Urbanismo são professores que acabam atuando nas gestões de cursos de ensino superior, em que necessitam, na maioria das vezes, de maior preparação pedagógica e administrativa para entendimento do processo. A inexperiência do professor arquiteto acaba fazendo este profissional atuar muitas

vezes de maneira tácita, agindo dentro da sala de aula sem um embasamento pedagógico suficiente que lhe proporcione uma reflexão acerca dos conteúdos abordados com seus estudantes. Disso decorre uma situação preocupante: os arquitetos-professores acabam induzindo a um ‘modelo’, a um modo de ser arquiteto e urbanista, o que pode diminuir as possibilidades de criação, invenção e improvisação como atos criativos (BRUM, 2016).

Outro problema a ser mencionado é o aumento significativo no número de instituições de ensino superior no Brasil. Maragno (2012) destaca que em 1980 o país contava com 50 cursos de Arquitetura e Urbanismo. Atualmente, encontram-se 597 destes cursos no Brasil, dos quais cerca de 89% são de instituições privadas. Se por um lado, o aumento dessa oferta permitiu um maior acesso à educação superior na área, por outro lado, houve uma diminuição na carga horária mínima, de 4050 horas em 1965, para 3600 horas a partir de 2007. Desse total, até 20% da carga horária total podem ser cumpridas por meio de atividades complementares e extracurriculares, o que se torna um problema, pois, muitas vezes essas atividades só tem como objetivo permitir que o curso atinja a carga horária mínima exigida pelo MEC, podendo comprometer a qualidade do curso (CNE 02/2007).

Por isto, vemos que a formação acadêmica do arquiteto urbanista está entrelaçada com o mercado formal da construção civil, à economia formal, mas sentimos a necessidade de um debate mais extenso acerca dos modos de produção urbana de nossas cidades e nessa conjuntura analisar a formação do profissional para além desses recortes – afetando e sendo afetados – pelas diversos poderes, saberes e subjetividades que constroem nossos territórios. A busca por contribuirmos para a formação de um ‘outro’ arquiteto urbano está implicada com essas preocupações.

Lembramos que para Deleuze e Guatarri (1995), a noção do devir está relacionada as forças subjetivas implicadas com vontades e desejos que criticam e recusam a ordem hegemônica - são posturas, ações daqueles que buscam percursos alternativos à ordem dominante. Está associado a ideia de resistência criativa, isto é, transversalidade e ao mesmo tempo imaginação coletiva; a deserção de certos circuitos consagrados (estatais, políticos, midiáticos, arquitetônicos, urbanísticos) e a invenção de novas cenas. O devir não tem passado nem futuro, o devir não se dirige a um ponto nem parte de outro. O devir é o meio, é pensar no meio, encontrar o meio, ser diferente ao meio. Aqui não há meio nem fim. O devir cria ligações, espalha-se, não cria pontos de ordem. Nessa direção, quando refletimos a ideia do devir “outro” no arquiteto, pensamos no profissional que percebe saberes e subjetividades dominantes no campo da produção de cidades e arquiteturas e abre-se na direção de construir e inventar outros

modos de pensar e agir buscando outros saberes, outras experiências mais afinadas com as singularidades em curso.

Metodologia

Para a produção desse estudo, apoiamo-nos numa abordagem qualitativa no intuito de explorar o subjetivo e pessoal do entrevistado na sua experiência vivida. Evocamos que para Galeffi (2009), deve existir a criticidade nas pesquisas qualitativas, chamando a atenção para a crítica justa, criteriosa, cuidadosa, dedicada e rigorosa. Devemos dar enfoque para o imprevisível na pesquisa qualitativa na medida em que as relações são fluxos intencionais e propícios às mudanças do inesperado, do imprevisível. Para este autor

O rigor da pesquisa qualitativa diz respeito à qualidade de rigor do pesquisador e nada tem a ver com uma exteriorização metodológica de passos e regras de como conduzir uma investigação científica consistente. (...) É estupidez pensar que o rigor seja um procedimento exclusivo dos filósofos lógicos e dos cientistas matemáticos e geômetras. O rigor, a rigor, é um comportamento atitudinal de quem faz qualquer coisa com arte. O rigor é o ethos de toda produção artística. Por que a ciência teria que ser diferente em relação ao ethos artístico? (GALEFFI, 2009, p. 44).

Nesse seguimento, podemos afirmar que o rigor nada tem a ver com a exteriorização metodológica de passos e regras que julguem ser o meio para se conduzir uma investigação científica consistente. No entendimento de Galeffi (2009) o rigor é um ato livre e implicado com a vida abundante. O método escolhido foi a Cartografia, a partir da concepção de conhecimento ancorada no conceito de rizoma apresentado por Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Vemos em Almeida (2013) que a cartografia apropria-se de um termo próprio da geografia que remete à ciência de reprodução gráfica de um determinado território, através de mapas. No entanto, esse território tratado aqui, diz respeito aos territórios existenciais, que vão se evidenciando nos processos de vida, fazendo-se e refazendo-se no espaço das relações.

Ao cartografar, buscamos produzir um mapa que acompanhasse os movimentos de composição e desmanche das diferentes paisagens presentes no território que nos propusemos a explorar. Mais do que uma metodologia, a cartografia propõe uma discussão metodológica que se utiliza na medida em que ocorrem encontros entre sujeito e objeto numa perspectiva de acolher a vida em seus momentos de expansão (KIRST; GIACOMEL, 2003).

Percebendo essas explicações, cabe ressaltar que a cartografia apresenta como uma valiosa ferramenta de investigação para contemplar a complexidade, a produção de subjetividade singular, visando acompanhar um fluxo, um processo. É importante considerar que, por processo, entendemos processualidade, e não processamento, que remete à concepção de conhecimento pautado na teoria da informação, que traz a ideia de coleta e análise de informação. Assim, se Cartografia é a arte e a ciência de compor cartas geográficas, mapas, no contexto da filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997), a cartografia ganha outro significado e, diferente do mapa-representação, fazem-se desenhos que acompanham um fluxo, um processo. A cartografia produz-se ao mesmo tempo em que os movimentos de transformação e de criação de novos mundos acontecem e tem como desafio desenvolver práticas de acompanhamento desses processos.

A escolha por uma abordagem pós-estruturalista tem a finalidade de criar novos interesses investigativos e possibilidades metodológicas que fogem das totalizações e homogeneizações, valorizando as singularidades, o local e o parcial. Assim, podemos afirmar que o conhecimento se forma a partir de encontros. Para Deleuze, produzir é apropriar-se de outro pensamento, pois ninguém cria a partir do nada. E a criatividade se evidencia exatamente no modo como se trabalha outras ideias já produzidas.

Desse modo, acompanharemos a realidade nesta pesquisa a partir do conceito de plano de imanência (DELEUZE; GUATTARI, 2010), ou seja, imagens do pensamento dos sujeitos, que estão sempre em movimento como um solo fértil para a criação de novos conceitos que atravessam o acontecimento de maneira particular. Os planos de imanência, desse modo, são inumeráveis e neles coexiste uma multiplicidade de conceitos que ressoam entre si num mesmo plano, conectando-se de modo imprevisível.

Anunciamos como dispositivos de produção de informações a pesquisa bibliográfica para melhor nos aproximarmos dos estudos e teorizações da temática em tela; a pesquisa documental, no intuito de conhecer pontos importantes na formação dos arquitetos que caracterizam a subjetividade dominante nos dias de hoje e numa instituição de ensino superior em Vitória da Conquista/BA, aqui identificada pelo pseudônimo de faculdade Conquista, pesquisa empírica, com uso de entrevistas, tanto com docentes quanto com os egressos, uma vez que nos importa ouvir os docentes do curso sobre a implementação e a proposta de formação de arquitetos e urbanistas, e os egressos do referido curso a fim de compreendermos seus processos de singularização. A fim de melhor ‘ver’ e ‘fazer ver’ o que aqui enunciamos, procuramos estabelecer conexões com a filosofia da diferença, a qual tem sido importante

aporte para a compreensão dos processos de subjetivação e de singularização, sobretudo, com os estudos de Guattari.

Conclusão

Como dissemos na introdução desse trabalho, a pesquisa está em andamento e desenvolve-se a partir da problematização das maneiras de *pensaragir* dos arquitetos e urbanistas, seus processos formativos, suas ações no campo profissional e os processos de subjetivação que o levaram a ver e dizer de determinada maneira. Assim, com Guattari (1992) em Caosmose, podemos refletir sobre os “novos caminhos” aludidos por este autor, o acreditarmos num olhar mais sensível direcionado à cidade e, por conseguinte, aos seus habitantes. O questionamento de Guattari do “não reproduzir” nos faz pensar a profissão enquanto postura, intenção do arquiteto urbanista e passamos a refletir a “programação arquitetural e urbanística” não só seguindo paradigmas técnico-científicos, mas também ético-estéticos.

O arquiteto e urbanista é formatado para responder com destreza as questões de demanda projetual com resoluções práticas e efetivas que propõem arquiteturas de qualidade, áreas urbanizadas, regulamentadas e plenamente integradas à estrutura formal da cidade, tal como a grande parte dos profissionais, hoje em atividade. Assim, vemos que apesar de nosso país apresentar fluxo contínuo de construção de habitações, ambiências, empreendimentos, cidades, na macro e micro escala, essas se fazem quantitativamente à margem da atuação dos arquitetos. Portanto, pressupomos que se existe uma subjetividade dominante orientando a construção de saberes e práticas, amparando o *pensaragir* desses profissionais, faz-se necessário entendermos a subjetividade, os modos de vida que carrega, quais os interesses que engendra, incidências no corpo social, mental e ambiental para compreendermos como essa grande máquina de produção de sentidos relaciona saberes e poderes na formação, nas práticas e nos modos de ações de arquitetos urbanistas contemporâneos.

Referências

ALMEIDA, Nivea Maria Silveira De. Formação do enfermeiro e reorientação do modelo de assistência à saúde: Um estudo cartográfico. 2013. Mestrado em Enfermagem e Saúde. Instituição de Ensino: Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia, Jequié Biblioteca Depositária: Jorge Amado

BRANDÃO, P. Profissão de arquiteto – identidade e prospectiva: estudos de caso. *Tese (Doutorado)*. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2005.

BRUM, Cristhian Moreira. O Taller no Ensino de Arquitetura e Urbanismo: Uma metodologia pedagógica na construção social do conhecimento. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí/RS, 2016.

CORDEIRO, Mariana Ribas. Espaço-Movimento: desestabilizações arquitetônicas na produção da cidade contemporânea. 2011. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Arquitetura – UFBA

DELEUZE, G.; Guattari, F. *Mil platôs: do capitalismo à esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997c. v. 4.

_____, *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. 5 volumes.

_____, *O que é a filosofia?* 3. ed. Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 2010.

_____, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 2012. 5v

FRANÇA, E.; Salles, F.; Loureiro, J. C.; Marcondes, L.; Bertoldi, M.; Luz, R. P. Por que a sociedade não valoriza o trabalho do arquiteto? *Revista AU* [online], São Paulo, Edição 231, jun. 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis, Vozes, 1996.

GALEFFI, Dante. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. *Um rigor outro: sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa*. Salvador – BA: Eudfba. 2009

GUATTARI, F. *Caosmose*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____, *Micropolítica: cartografia do desejo*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 439p.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, n1, v19, p. 15-22, jan/abr. 2007.

Kirst, P. G.; Giacomel, A. E. et al. Conhecimento e cartografia: tempestade de possíveis. In: FONSECA, T. M.; KIRST, P. G. *Cartografias e devires: a construção do presente*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2003. p. 91-102.

MARAGNO, Gogliardo Vieira. *Questões sobre a qualificação e o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil*. 2012, São Paulo: [s.n.], 2012.

MARQUES, Monique Sanches. Subjetividades e singularidades urbanas: na construção de um "devir" outro arquiteto urbanista. 2010. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Instituição de Ensino: Universidade Federal da Bahia, Salvador Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Arquitetura da UFBA

MASSON, Leandro Dal Sasso. Caosmose: Arquitetura, Urbanismo e Produção de Subjetividade. 2019. Mestrado em Filosofia Instituição de Ensino: Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia

ROGGERO, R. A vida simulada no capitalismo: formação e trabalho na arquitetura. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Gabriel Coelho Fernandes

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Membro do grupo de pesquisa GEFORPPEC - Grupo de estudos em Formação, Política e Práticas educativas e Curriculares na linha de pesquisa NUFORDICC- Núcleo de Estudos em Formação, Diferença e Composições curriculares.
gabrielfernandes26@hotmail.com

Daniele Farias Freire Raic

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA), mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora adjunta da UESB. Líder do grupo de Pesquisa GEFORPPEC - Grupo de Estudos em Formação, Políticas e Práticas Educativas e Curriculares, no qual coordena a Linha NUFORDICC. Professora do programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UESB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPG.ECFP/UESB).
danielefreire.uesb@gmail.com.